

a guerra ao ocidente

douglas murray

Tradução de Jorge Colaço

Para os meus afilhados

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	11
Capítulo 1 — Raça	21
<i>Interlúdio: China</i>	67
Capítulo 2 — História	83
<i>Interlúdio: Reparações</i>	129
Capítulo 3 — Religião	145
<i>Interlúdio: Gratidão</i>	187
Capítulo 4 — Cultura	197
<i>Conclusão</i>	231
<i>Agradecimentos</i>	247
<i>Notas</i>	249
<i>Índice remissivo</i>	261

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos tornou-se claro que existe uma guerra em curso: uma guerra contra o Ocidente. Esta não é como as guerras anteriores, em que havia um choque entre exércitos e os vencedores eram declarados como tal. É uma guerra cultural, e está a ser travada implacavelmente contra todas as raízes da tradição ocidental e contra tudo o que esta produziu de bom.

A princípio, isto foi difícil de discernir. Muitos de nós sentiram que alguma coisa não estava bem. Perguntámo-nos por que razão se elaboravam argumentos unilaterais e porque se elevavam reivindicações injustas ao nível das que não o eram. Mas não nos demos conta da escala total daquilo que se estava a tentar fazer. Até porque mesmo a linguagem das ideias foi corrompida. As palavras já não significavam o que tinham significado até há muito pouco tempo.

As pessoas começaram a falar de «igualdade», mas pareciam não se importar com direitos iguais. Falavam de «antirracismo», mas faziam-no de forma profundamente racista. Falavam de «justiça», mas pareciam querer dizer «vingança».

Foi só nos últimos anos, quando os frutos deste movimento surgiram plenamente à vista, que a sua escala se tornou clara. Há um ataque em curso contra tudo o que tenha que ver com o mundo ocidental — o seu passado, presente e futuro. Uma parte desse processo é o facto de termos ficado presos num ciclo de eterna punição, sem fazermos qualquer esforço sério para o seu alívio (ou até mesmo tê-lo em consideração).

Na última década lutei por traçar o meu próprio caminho para a compreensão disto. Em 2017, com *A Estranha Morte da Europa*, abordei um aspeto da questão, que foi o das mudanças introduzidas no Ocidente pela migração em massa. Tinha-me parecido, nos anos em que cobri a questão da imigração, que alguma coisa mais profunda estava em curso. Enquanto permaneci no litoral das ilhas gregas e italianas, a ver os barcos entrarem e a introduzir-me nos campos de migrantes que surgiram nas principais cidades, vi de perto as consequências de o mundo em desenvolvimento estar a mudar-se para o mundo desenvolvido. Nunca culpei qualquer migrante por querer fazer a viagem. Estivera já numa boa parte dos países de onde os migrantes fugiam. Quer estivessem a escapar da guerra ou (como se verificava na maior parte dos casos) da privação económica, estavam a fazer algo que era muito compreensível. O meu problema era a razão pela qual os europeus estavam a deixar que isso acontecesse e porque haveriam eles próprios de se anular para sobreviver. As pessoas falavam de a Europa ter uma dívida histórica que legitimava este movimento. Mas mesmo aqueles que usavam este argumento não conseguiam indicar onde estava o limite desse movimento.

Haveria alguma vez um momento em que esta «dívida» ocidental seria saldada? Porque parecia que, de ano para ano, a dívida não decrescia, antes aumentava.

Comecei também a reparar que a mesma história se estava a desenrolar em todos os países que contavam como pertencendo ao Ocidente. Em cada um deles, as justificações dadas para permitir este movimento de pessoas era a mesma, não obstante o seu posicionamento geográfico muito diferente. Os Estados Unidos tiveram durante anos o seu próprio desafio migratório, principalmente na sua fronteira sul. Quando viajei pela América, ouvi lá os mesmos argumentos que escutei na Grã-Bretanha e na Europa. Políticos de um género muito similar e outras figuras políticas não paravam de explicar ao povo americano a razão pela qual as suas fronteiras deveriam ser lassas ou inteiramente porosas. Tal como na Europa, havia entidades e indivíduos poderosos que alegavam que os únicos países civilizados eram os que deixavam entrar o mundo em sua casa. O mesmo acontecia no Canadá. E ocorria a mesma coisa do outro lado do mundo, na Austrália. Por toda a parte, as sociedades que contavam como «ocidentais» (isto é, os países europeus ou países que descendiam da civilização europeia) enfrentavam o mesmo padrão de argumentação. Nenhum lugar que não fosse ocidental recebia este tratamento.

Apenas aos países ocidentais, espalhados por três continentes, era constantemente dito que, para terem qualquer legitimidade — para serem até considerados decentes —, deveriam mudar rápida e radicalmente a sua

composição demográfica. A visão do século XXI parecia ser a de que se permitiria que a China continuasse a ser a China, que os vários países do Extremo e Próximo Oriente e de África se deveriam — na verdade, era essa a expectativa — deixar tal como eram, ou mesmo regressar a alguma coisa que um dia podem ter sido. Mas esperava-se que os países identificáveis como países do «Ocidente» se tornassem em alguma coisa diferente ou perdessem toda a legitimidade. É claro que os países e os estados têm o direito de mudar. Com o tempo, um certo grau de mudança é inevitável. Mas parecia haver alguma coisa a pesar no que estava a acontecer: alguma coisa desequilibrada e fora de ordem.

Os argumentos eram usados não por amor aos países em questão, mas por um mal disfarçado ódio por eles. Aos olhos de muitas pessoas, e também entre as suas próprias populações, estes países pareciam ter feito alguma coisa errada. Alguma coisa pela qual deviam expiar. O Ocidente era o problema. A dissolução do Ocidente era uma solução.

Houve outros sinais de que alguma coisa estava errada. Em 2019 expus alguns deles em *A Insanidade das Massas*. Abordei o desafio colocado pelas «políticas identitárias» — especificamente a tentativa de demolir as sociedades ocidentais através dos temas do sexo, da sexualidade e da raça. Após o século XX, a identidade nacional tornou-se uma forma de pertença vergonhosa, e subitamente muitas outras formas de pertença surgiram no seu lugar. Agora, dizia-se às pessoas para se considerarem membros de outros agrupamentos específicos. Eram homo ou hétero, homens ou mulheres, negros ou brancos. Estas formas de pertença foram também sobrecarregadas de modo a inclinar-se numa direção antiocidental. Os *gays* eram celebrados desde que fossem *queer* e quisessem deitar abaixo todas as instituições existentes. Os *gays* que apenas quisessem continuar a sua vida, ou que na verdade gostassem do mundo ocidental, eram marginalizados. Da mesma forma, desde que as feministas atacassem as «estruturas masculinas», o capitalismo ocidental, e muito mais, eram úteis. As feministas que não seguissem essa linha ou pensassem que estavam comparativamente bem no Ocidente eram tratadas na melhor das hipóteses como vendidas, na pior como inimigas.

O discurso sobre a raça tornou-se ainda pior. Minorias raciais que se tinham integrado bem no Ocidente, contribuído para o Ocidente, e que até admiravam o Ocidente, foram progressivamente tratadas como se fossem traidoras à raça. Como se delas se esperasse alguma outra fidelidade. Os radicais que tudo quisessem arrasar eram venerados. Americanos negros e outros que quisessem celebrar o Ocidente e juntar-se a ele eram tratados direta e indiretamente como apóstatas. Cada vez mais lhes chamavam os

piores nomes. O amor à sociedade em que se integravam era tratado como um ponto contra eles.

Ao mesmo tempo, tinha-se tornado inaceitável falar sobre qualquer outra sociedade de uma forma vagamente similar. Não obstante todos os abusos inimagináveis perpetrados no nosso tempo pelo Partido Comunista da China, quase ninguém fala da China com a mesma raiva e aversão que diariamente brota do interior do Ocidente contra o Ocidente. Os consumidores ocidentais ainda compram a roupa barata da China. Não existe qualquer esforço generalizado de boicote. «*Made in China*» não é um rótulo vergonhoso. Ocorrem, neste preciso momento, coisas terríveis nesse país, e ele continua a ser tratado como normal. Os autores que se recusam a autorizar que os seus livros sejam traduzidos para hebreu entusiasmam-se por vê-los aparecer na China. A Chic-fil-A é mais criticada pelas sanduíches feitas no seu próprio país do que a Nike por fabricar os seus ténis com a mão de obra escrava chinesa. Porque no Ocidente desenvolvido são aplicados alguns critérios diferentes. No que diz respeito aos direitos das mulheres e das minorias sexuais, e, claro, em particular quando se tratava da questão do racismo, tudo era apresentado como se nunca tivesse sido pior, no momento em que nunca tinha sido melhor. Ninguém poderia negar o flagelo do racismo — um flagelo que de alguma forma deveria ser encontrado ao longo de toda a história registada. A tendência de pertença e não-pertença a um grupo é excepcionalmente forte na nossa espécie. Não somos tão desenvolvidos como gostamos de imaginar que somos. No entanto, nas últimas décadas, a situação nos países ocidentais no que respeita à igualdade racial tem sido melhor do que nunca. As nossas sociedades têm feito um esforço para «ultrapassar a raça», guiadas pelo exemplo de alguns homens e mulheres notáveis de todos os contextos raciais, mas de forma mais notória de alguns extraordinários americanos negros. Não era inevitável que as sociedades ocidentais desenvolvessem a tradição, ou até aspirassem a ela, de tolerância racial que nós temos.

Não era inevitável que acabássemos a viver em sociedades que justamente encaram o racismo como um dos pecados mais repugnantes. Isso aconteceu porque muitos homens e mulheres corajosos marcaram uma posição, argumentaram e lutaram por essa situação, e reivindicaram os seus direitos.

Nos últimos tempos dá a impressão de que essa luta nunca teve lugar. Como se fosse uma miragem. Nos últimos tempos, comecei a pensar nas questões raciais como se fosse um pêndulo cuja oscilação excedeu o seu ponto de correção e entrou em sobrecorreção. Como se o pêndulo ficasse numa ligeira sobrecorreção por tempo suficiente para que a igualdade pudesse ser estabelecida mais firmemente. Neste momento, é claro que por mais

bem-intencionada que uma tal crença possa ter sido, era um completo equívoco. A raça é agora um tema em todos os países ocidentais de uma forma que não se verificava há décadas. Em lugar de sermos cegos em relação à cor, fomos empurrados para uma hiperconsciência racial. Agora, formou-se uma imagem profundamente distorcida.

Como todas as sociedades na história, todas as nações ocidentais têm racismo nos seus anais. Mas isso não é a única coisa na história dos nossos países. O racismo não é a única lente através da qual as nossas sociedades podem ser compreendidas, e, no entanto, ela é cada vez mais a única lente utilizada. Tudo no passado é visto como racista, e, assim, tudo no passado está contaminado.

Embora, uma vez mais, apenas no passado do Ocidente, graças às lentes raciais radicais que foram aplicadas a todas as coisas. Presentemente, existe um racismo terrível em toda a África, expresso por africanos negros contra outros africanos negros. O Médio Oriente e o subcontinente indiano transbordam de racismo. Viaje-se para qualquer sítio no Médio Oriente — até mesmo para os Estados «progressistas» do Golfo — e ver-se-á em funcionamento um moderno sistema de castas. Existem os grupos sociais de «classe superior» que dirigem essas sociedades e beneficiam delas. E depois há os trabalhadores estrangeiros, sem proteção, que nelas trabalham como classe trabalhadora importada. Essas pessoas são desprezadas, maltratadas, e até mesmo descartadas como se a sua vida não tivesse valor.

E no segundo país mais populoso do mundo, como qualquer pessoa que tenha viajado na Índia sabe, continua a existir um sistema de castas deplorável, mas persistente e em pleno funcionamento. Ele ainda leva a considerar certos grupos de pessoas como «intocáveis», por nenhuma outra razão que não seja o acaso do nascimento. É um sistema de preconceitos doentio, e está bem vivo.

No entanto, ouvimos falar muito pouco acerca disto. Ao invés, o mundo apenas recebe informação diária sobre como os países do mundo onde, sem sombra de dúvida, existe menos racismo, e onde o racismo é mais abominado, são a origem do racismo. Esta distorcida alegação tem até um derradeiro prolongamento, que é: se outros países têm realmente algum racismo, isso tem de ser porque o Ocidente lhes inculcou esse defeito. Como se o mundo não ocidental fosse sempre composto por inocentes edénicos.

Aqui, de novo, é claro que foi criada uma contabilidade injusta. Uma contabilidade na qual o Ocidente é avaliado por um conjunto de critérios e o resto do mundo por outro. Uma contabilidade na qual parece que o Ocidente não pode fazer nada que seja certo e o resto do mundo não pode fazer nada que seja errado. Ou faz errado apenas porque o Ocidente o obrigou a isso.

Estes são apenas alguns dos sintomas que podem ser reconhecidos no nosso tempo. Sintomas que tenho tentado enumerar um por um nos últimos anos. Mas quanto mais os tenho considerado, e quanto mais longe tenho viajado, mais claro se tem tornado que esta era é definida por uma coisa acima de tudo — uma mudança civilizacional que tem operado ao longo das nossas vidas. Uma mudança que tem abalado as bases profundas das nossas sociedades porque é uma guerra contra tudo o que existe nessas sociedades. Uma guerra contra tudo o que assinala as nossas sociedades com a marca do incomum — até mesmo do notável. Uma guerra contra tudo o que as pessoas que vivem no Ocidente tinham, até há bem pouco tempo, tomado por garantido. Se esta guerra vier a revelar-se malsucedida, então será necessário denunciá-la e combatê-la.

A Guerra ao Ocidente é um livro acerca do que acontece quando um dos lados numa guerra fria — o lado da democracia, da razão, dos direitos e dos princípios universais — se rende prematuramente. Enquadramos esta luta de forma completamente errada demasiadas vezes. Deixamos que lhe chamem temporária ou marginal ou que seja simplesmente descartada como guerra cultural. Interpretamos erradamente os objetivos dos participantes ou desvalorizamos o papel que terá na vida das gerações futuras. No entanto, as apostas são aqui tão altas como em qualquer outra luta no século xx, envolvendo muitos dos mesmos princípios — até mesmo com os mesmos maus atores.

Deixámos de apreciar e ponderar o que há de bom na cultura ocidental para dizer que todas as suas componentes devem ser desmanteladas.

Passaram mais de trinta anos desde que o reverendo Jesse Jackson liderou uma multidão de manifestantes até à Universidade de Stanford entoando o cântico «Ei ei, oi oi, a civilização ocidental já foi». Nessa altura, o reverendo Jackson e os seus seguidores protestavam contra o programa de Introdução à Cultura Ocidental da Universidade de Stanford. Insinuavam que era errado ensinar o cânone ocidental e a tradição ocidental. Mas foi o que aconteceu em seguida que impressionou. A universidade rapidamente cedeu, substituindo o estudo da «cultura ocidental» pelo estudo de diversas culturas. O que aconteceu em Stanford, em 1987, foi um sinal de tudo o que estava para vir.

Nas décadas que se seguiram, quase toda a academia do mundo ocidental seguiu a via de Stanford. A história do pensamento, da arte, da filosofia e da cultura ocidentais tornou-se um tema cada vez menos comunicável. Na verdade, tornou-se uma coisa embaraçosa: o produto de um bando de «homens brancos mortos», para utilizar apenas uma das expressões encantadoras que passaram a fazer parte da linguagem.

Desde então, todos os esforços para manter vivo, já para nem sequer falar em renovar, o ensino da civilização ocidental, depararam-se com continuada hostilidade, ridicularização, e até violência. Os académicos que procuraram estudar as nações ocidentais de forma neutral foram impedidos de fazer o seu trabalho e sujeitos a intimidação e difamação, incluindo dos próprios colegas. Na Austrália, o Ramsay Centre for Western Civilisation, cuja direção é presidida pelo antigo primeiro-ministro John Howard, tentou encontrar universidades com as quais conseguisse estabelecer parcerias para que os alunos pudessem estudar a civilização ocidental. Tiveram grandes dificuldades para encontrar universidades dispostas a trabalhar com eles. E isso diz-nos alguma coisa acerca da velocidade desta enorme mudança. Há apenas duas décadas, um curso da História da Civilização Ocidental era uma coisa vulgar. Hoje é tão vergonhoso que nem se pode pagar a uma universidade para o fazer.

Em 1969, a BBC passou o extraordinário documentário de Sir Kenneth Clark em treze episódios chamado *Civilização*. O seu objetivo era dar uma visão unificada da história da civilização ocidental, e foi isso que fez, enformando a compreensão de milhões de espetadores em todo o mundo. Quase cinquenta anos depois, em 2018, a BBC tentou fazer uma continuação disto. *Civilizações* (com ênfase na marca de *plural*) foi uma mixórdia criada por três historiadores que tentaram desesperadamente garantir que não parecesse que estavam a dizer que o Ocidente era melhor do que qualquer outro lugar e dar uma espécie de história do mundo em que nada se tornasse muito claro.

Ao fim de umas curtas décadas, a tradição ocidental deixou de ser celebrada para ser embaraçosa e anacrónica e, finalmente, ser motivo de vergonha. Deixou de ser uma história destinada a inspirar as pessoas e estimulá-las ao longo das suas vidas para passar a ser uma história destinada a envergonhá-las. E não era apenas o termo «ocidental» a que os críticos objetavam. Era tudo o que estivesse ligado a ele. Até a própria «civilização». Como um dos gurus do racismo «antirracista» moderno, Ibram X. Kendi, disse: «A “civilização”, ela própria, é muitas vezes um eufemismo educado para racismo cultural»¹.

Claro que é inevitável que haja alguma oscilação do pêndulo e pode até ser desejável. Houve seguramente épocas no passado em que a história do Ocidente foi ensinada como a história de um bem inquebrantável. A crítica histórica e ação de repensar nunca são má ideia. Contudo, a busca de problemas visíveis, tangíveis, não se deveria transformar numa busca de problemas invisíveis, intangíveis. Especialmente se ela for realizada por gente desonesta com as respostas mais extremas. Se deixarmos que críticos mal-intencionados representem de forma distorcida e sequestram o nosso

passado, então o futuro que planeiam com base nisso não será harmonioso. Será um inferno.

Ao longo do livro vou explorar duas ideias-chave. A primeira é a de que os críticos da civilização ocidental fornecem realmente alternativas. Veneram todas as culturas desde que não sejam ocidentais. Por exemplo, todo o pensamento e expressão cultural nativa devem ser celebrados, desde que essa cultura nativa não seja ocidental. Esta é a comparação que eles querem que façamos, por isso iremos fazê-la.

Dois grandes problemas advêm da celebração de todas as culturas não ocidentais. O primeiro é que há países não ocidentais que são capazes de se safar de crimes contemporâneos tão monstruosos quanto qualquer coisa que tenha acontecido no passado do Ocidente. Um hábito que alguns poderes estrangeiros encorajam. Afinal, se o Ocidente está tão preocupado em auto-denegrir-se, que tempo pode encontrar para olhar para o resto do mundo? Mas o outro grande problema é que isso leva a uma forma de internacionalismo paroquial, em que os ocidentais presumem erradamente que aspetos da herança ocidental são aspirações comuns ao resto do globo. Da Austrália ao Canadá e à América, e por toda a Europa, uma nova geração assimilou a ideia de que aspetos da tradição ocidental (tal como os «direitos humanos») são uma norma histórica e global implantada em toda a parte. Com o tempo começou a parecer que a tradição ocidental que desenvolveu estas normas apenas não foi capaz de viver à altura delas e que as culturas «indígenas» não ocidentais são (entre muitas outras coisas) mais puras e mais esclarecidas do que a cultura ocidental jamais pode ser. Não é uma visão marginal, nem é nova. Remonta ao século XVIII, pelo menos. Hoje permeiam a obra de autores campeões de vendas como Naomi Klein e Noam Chomsky.

Esta visão e outras similares são ensinadas em universidades e escolas por todo o mundo ocidental. E o resultado delas estão à vista em quase todas as maiores instituições culturais e políticas. Brotam nos locais mais surpreendentes. Por exemplo, o «National Trust», na Grã-Bretanha, destina-se a manter abertas muitas das mais belas e caras casas de campo. Os 5,6 milhões de membros do Trust tendem a gostar de passear em redor de uma mansão imponente e depois tomarem o chá da tarde. Mas nos últimos anos, o Trust decidiu que tem outra missão: educar os visitantes acerca dos horrores do passado. E não apenas as ligações ao império e ao comércio de escravos, a homofobia e os crimes da primogenitura. Optaram recentemente por avançar com a ideia de que o campo inglês é ele próprio racista e é (como o diretor do programa do Trust lhe chama) uma «Desagradável Terra Verde».

Escolhi este exemplo, mas o leitor pode optar quase por qualquer outra

área da vida e descobrir que ela foi também denunciada de forma similar. Tudo, desde a arte, a matemática e a música, até à jardinagem, ao desporto e à alimentação, foi passado pelo mesmo crivo. Há muitas curiosidades em tudo isto. Uma delas é que, embora o Ocidente seja atacado por tudo o que fez de mal, agora as coisas que fez de bom não contam. Na verdade, essas coisas — incluindo o desenvolvimento dos direitos individuais, a liberdade religiosa e o pluralismo — são usadas contra ele.

Isto leva-nos a um segundo enigma, mais profundo: Porquê expor tudo o que existe no Ocidente ao ataque?

A cultura que deu ao mundo avanços na ciência que salvam vidas, medicamentos e um mercado livre que tirou milhares de milhões de pessoas da pobreza e ofereceu o maior florescimento do pensamento que já existiu em qualquer parte do mundo é interrogado através da lente da maior hostilidade e simplicidade. A cultura que produziu Miguel Ângelo, Leonardo, Bernini e Bach é retratada como se não tivesse nada de relevante a dizer. Às novas gerações é ensinada esta visão ignorante da história. É-lhes oferecida uma história dos fracassos do Ocidente sem despende algo que se pareça com o tempo equivalente com as suas glórias.

Qualquer aluno de uma escola sabe o que foi a escravatura. Quantos são capazes de descrever sem ironia, sem apreensões ou ressalvas as grandes dádivas da tradição ocidental ao mundo?

Todos os aspetos da tradição ocidental são alvo do mesmo ataque. A tradição judeo-cristã, que constituiu uma pedra angular da tradição ocidental, é um alvo particular de ataque e difamação. Mas o mesmo acontece com a tradição do secularismo e do Iluminismo, que produziu um florescimento na política, nas ciências e nas artes. E isto tem consequências. Uma nova geração parece não compreender sequer os princípios mais básicos do livre pensamento e da liberdade de expressão. Na verdade, estas são, elas próprias, retratadas como produtos das Luzes europeias e atacadas por gente que não compreende como ou porque chegou o Ocidente às soluções a que chegou acerca da religião. Nem como a prioridade do método científico permitiu progressos inauditos na vida de pessoas de todo o mundo. Ao invés, estas heranças são criticadas como exemplos da arrogância, do elitismo e da imerecida superioridade ocidental. Como consequência, tudo o que está ligado à tradição ocidental é descartado. Nas escolas da América são dados aos aspirantes a professores seminários de formação onde lhes ensinam que até mesmo o termo «diversidade de opinião» é uma «treta supremacista branca»².

Esta não é uma história do Ocidente e não pretende ser. Uma obra dessas haveria de ter uma dimensão muitíssimo maior. Nem eu desejo terminar o

debate considerável que neste momento está em curso. Aprecio esse debate e acho que ele é útil. Mas, até à data, ele tem sido desenfreadamente unilateral.

Como veremos, tem envolvido políticos, académicos, historiadores e ativistas, que levam a sua avante dizendo coisas que não se limitam a ser meramente incorretas ou equivocadas, mas descaradamente falsas. Têm levado impunemente tudo isto demasiado longe já há muito tempo.

Existem bastantes facetas no que respeita a esta guerra contra o Ocidente. Ela é conduzida através dos *media* e das ondas de rádio, e através do sistema educativo, logo desde o pré-escolar. É abundante no interior de uma cultura mais alargada, onde todas as instituições culturais mais relevantes estão sob pressão ou de facto a distanciar-se voluntariamente do próprio passado. E agora está presente no topo do governo americano, onde um dos primeiros atos da nova administração foi emitir uma ordem executiva a apelar à «equidade» e ao desmantelamento do que lá era chamado «racismo sistémico»³. Parecemos estar no processo de matar a galinha que pôs alguns ovos que eram mesmo de ouro.

CAPÍTULO 1

RAÇA

Há uma verdade óbvia e observável acerca das pessoas do Ocidente. Historicamente, os cidadãos da Europa e das sociedades que delas descendem nas Américas e na Australásia são brancos. Não absolutamente todos, mas a maioria sim. A definição é tautológica — branco significa sobretudo ter antepassados na Europa. Tal como a maioria das pessoas em África são negras e a maioria das pessoas no subcontinente indiano são morenas. Se por alguma razão desejarmos desferir um ataque contra tudo o que tenha a ver com África, poderemos em determinado momento decidir fazer pontaria às pessoas por serem negras. Se quiser tirar legitimidade a tudo o que seja indiano, poderá a determinada altura decidir atacar as pessoas pela cor da sua pele. Ambas as coisas seriam desumanas e facilmente seriam hoje identificadas como tal. Mas na guerra contra o Ocidente, os brancos são um dos primeiros alvos de ataque. Um facto que tem sido paulatinamente normalizado e transformado na única forma aceitável de racismo nas sociedades em que isso acontece.

Para deslegitimar o Ocidente, parece ser necessário em primeiro lugar demonizar as pessoas que ainda constituem a maioria racial no Ocidente. É preciso demonizar os brancos.

Por vezes, as consequências disto desenrolam-se diante dos olhos de todos. Em agosto de 2021 foram conhecidos os resultados do censo dos Estados Unidos, que tinha sido realizado no ano anterior. Um dos factos que fizeram manchete foi que o número de brancos na América tinha diminuído. No *The Tonight Show*, Jimmy Fallon referiu isso no seu monólogo de abertura. «Os resultados do censo de 2020 acabaram de sair», disse ele ao público presente em

estúdio e aos telespetadores em casa. «E, pela primeira vez na história americana, o número de brancos desceu»⁴. Em resposta, o público presente no estúdio aplaudiu e festejou ruidosamente. Para os seus membros, não era apenas uma notícia curiosa, era uma boa notícia. Não que a percentagem de brancos tivesse descido, mas sim que o número atual de brancos vivos tinha diminuído. E embora isto possa constituir uma surpresa para algumas pessoas, para muitos de nós, este feio movimento há anos que vem a crescer. Em fevereiro de 2016 falei num grande auditório em Londres, a seguir a John Allen, o general americano de quatro estrelas e antigo comandante das forças da NATO no Afeganistão. Participávamos num debate sobre o que fazer com o grupo islamita ISIS. Além de toda a agitação causada no Médio Oriente, o grupo tinha já realizado ataques na Europa. Nessa noite, na mente de todos nós estavam sobretudo os múltiplos atentados suicidas e os ataques com *Kalashnikov* que tinham ocorrido em Paris muito pouco tempo antes, tirando a vida a 130 pessoas. Embora os bombistas do ISIS ainda não tivessem atingido o Reino Unido, usei o meu discurso para alertar a audiência de que, se o ISIS não fosse parado, em breve numa noite destas, talvez num auditório como aquele onde estávamos, fazendo talvez pontaria a uma audiência mais jovem, tomando talvez como alvo um concerto pop, o ISIS iria atacar. E quando o fizesse perguntar-nos-íamos o que raio tínhamos andado a fazer ao ignorá-los, enquanto eles ganhavam força na Síria e no Iraque.

O general Allen usou as suas observações para fazer um resumo profundamente ponderado sobre como derrotar o ISIS. O seu discurso foi técnico, impressionante e ligeiramente maçador, mas teve o cuidado de sublinhar o seu respeito pelos aliados árabes no terreno e em toda a região. Nessa noite, os nossos oponentes pareceram ter ouvido, mas foi alguma coisa que um deles disse que nos marcou. Após ambos termos falado, um dos nossos oponentes — uma ativista e escritora palestina chamada Rula Jebreal — começou por explicar a razão pela qual a audiência não se deveria dar ao trabalho de ouvir o que o general Allen e eu tínhamos para dizer. «Estamos novamente a receber lições — com o devido respeito», disse ela (o que neste contexto significa sempre «nenhum»), «de dois brancos.» Já tinha ouvido aquilo antes, mas dei-me conta de que o general se crispou um pouco.

Continuava a matutar no comentário, mais tarde, ao jantar, porque voltou ao assunto. «Já tinha passado por isto antes?», perguntou-me. Eu disse que infelizmente sim, e que a única coisa que me chocava era que ele não tivesse. «Nunca tinha ouvido isto», disse ele. Passara a vida a servir nas forças armadas dos Estados Unidos, arriscando a vida, vivendo no meio do povo do Afeganistão, em missão durante anos sem fim. E pareceu genuinamente

surpreendido que isso e todo o resto da sua vida e experiência fosse assim resumido e descartado pelo facto de por acaso ser branco. E juntou-se a mim, para começar. «Bem, se fosse a si acostumar-me-ia a isto», disse eu, jovialmente, sem me dar conta da velocidade a que todos nos iríamos habituar.

Isso foi apenas há uns anos, mas nessa altura fora dos círculos académicos ainda era considerado rude pôr pessoas no mesmo saco e descartá-las simplesmente por causa da cor da sua pele. Uma geração anterior tinha chegado à conclusão sensata de que descartar pessoas, vilipendiá-las ou fazer generalizações acerca delas simplesmente devido à cor da pele era a definição de racismo. E o racismo foi-se tornando um fenómeno visto como um dos demónios humanos mais horríveis. Não conseguia considerar as pessoas como indivíduos, e sabíamos aonde isso poderia conduzir: aos horrores de meados do século xx, aos pesadelos do Ruanda e da Bósnia no final desse século. Mais perto de nós conduziu à segregação racial e de vez em quando à violência racial que marcou o passado da América, tal como o passado de muitos outros países.

A lição tinha parecido clara: tratar as pessoas como indivíduos e rejeitar aqueles que tentariam reduzi-las à condição de membros de um grupo, a que pertenciam unicamente por acidente de nascimento. A mensagem do Dr. Martin Luther King Jr. parecia ter triunfado. No futuro as categorias raciais importariam cada vez menos. A sociedade e as pessoas que dela faziam parte aspirariam a ser cegas em relação à cor, tal como aspirariam também a ser cegas em relação ao sexo e cegas em relação às diferenças de orientação sexual dos indivíduos. O objetivo da sociedade parecia claro, e, embora ainda com algumas escaramuças nas suas margens, todo o espectro político estava de acordo com ele. As pessoas deveriam ser capazes de desenvolver o seu potencial sem ser prejudicadas pelo acaso das características de grupo. Quem quisesse jogar com a retórica racista ou encontrar gente disposta a desculpar o racismo tinha de se misturar com o resíduo de supremacistas brancos nos seus enclaves cada vez mais pequenos, ou encontrar um lugar entre grupos igualmente marginais, tais como a Nation of Islam, de Louis Farrakhan, com a sua supremacia negra. Esses grupos estavam longe do centro político e social convencional, e o centro parecia querer conservar as coisas assim.

Então, nos primeiros anos do presente século, isto começou a mudar. A referência à raça entrou em voga como há muito tempo não acontecia. Isso levou especificamente a um surto de descrições dos brancos em termos que não seriam utilizados em relação a nenhum outro grupo da sociedade. Geralmente foi gente, ela própria branca, que fez a maior parte do trabalho ou, melhor, da súplica. Mas a coisa rebentou numa gama extraordinária de locais. Como costuma acontecer com as más ideias, teve origem nas universidades.

A TEORIA CRÍTICA DA RAÇA

Apesar do decréscimo de leis abertamente racistas e do poder de racistas declarados nos Estados Unidos, a disparidade entre brancos e negros era muito lentamente corroída. E os académicos começaram a procurar os mecanismos ocultos que explicassem isto.

A teoria crítica da raça (TCR) surgiu ao longo de décadas em seminários académicos, *papers* e publicações. Dos anos 1970 em diante, académicos como bell hooks (as pretensiosas minúsculas são de propósito), Derrick Bell (em Harvard e Stanford) e Kimberlé Crenshaw (UCLA e Colúmbia) trabalharam para criar um movimento de ativistas no interior da academia que interpretasse quase tudo no mundo através da lente da raça. Em determinados aspetos, a sua obsessão era compreensível. Bell, por exemplo, tinha crescido durante os últimos anos do segregacionismo. Durante o seu tempo em Harvard, apenas havia um punhado de negros no corpo docente da faculdade. Em vez de seguir a abordagem gradualista que outros preferiam, aqueles que lançaram as bases da TCR começaram por afirmar que a raça era o fator mais significativo nas decisões de contratação nas universidades da Ivy League, e depois que ela era a única lente importante através da qual se poderia compreender a sociedade mais amplamente considerada. Querendo dizer com isso que, no momento exato em que as coisas estavam a melhorar, e que mais docentes negros estavam a aparecer, tudo na academia e tudo no entendimento da academia sobre a sociedade mais amplamente considerada foi racializado, ou, melhor, novamente racializado.

É claro que existiam factos óbvios e que contrariavam isto. O Civil Rights Act tinha sido aprovado e estava em vigor havia anos. As leis contra a discriminação integravam já os códigos legais e o seu número aumentava. No entanto, os seguidores da TCR viam quase todo o progresso nas relações raciais na América como uma ilusão. Foi assim que o próprio Bell se referiu ao assunto em 1987, quando escreveu que «o progresso nas relações raciais americanas é em grande parte uma miragem que obscurece o facto de que os brancos continuam, consciente ou inconscientemente, a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir o domínio e manter o seu controlo».⁵ Quando Harvard não passou a efetivos dois seguidores da TCR, em 1986, Bell e outros promoveram um protesto na universidade. Como qualquer seita revolucionária, os seguidores da TCR sabiam como se tornar notados e ouvidos e sabiam como

mudar o clima intelectual num recanto da sociedade que não era conhecido pelo seu heroísmo.

Quanto mais fossem os lugares onde os académicos conseguiam discernir o racismo invisível, mais populares se tornavam.

Naturalmente, aconteceu que muito poucas pessoas a quem esta ideologia se dirigia sabiam o que as esperava. Mesmo se tivessem sabido, teriam dificuldade em opor-se-lhe. Porque uma das marcas distintivas da TCR era que as suas afirmações não eram baseadas em provas, como anteriormente poderá ter sido entendido, mas essencialmente em interpretações de atitudes. Isso marcou uma mudança significativa no modo como se esperava que as pessoas provassem as suas afirmações. Ao mesmo tempo que raramente anunciavam esse facto, as regras da TCR não precisavam dos critérios de prova normais. Se a «experiência vivida» de uma pessoa pudesse ser atestada, então a questão da «prova» ou dos «dados» tinha de encontrar um lugar mais para o fim da fila, se lugar ainda houvesse. Os interseccionalistas, que cresceram ao mesmo tempo, sobrepuseram-se confortavelmente à TCR. Estas pessoas, que construíram uma teoria a partir da asserção de que todas as opressões «se interseccionam» e devem ser simultaneamente «resolvidas», tornaram possível este salto. Subitamente, começaram a ser produzidos *papers* académicos (os mais famosos seriam de Peggy McIntosh, em Wellesley) que consistiam em nada mais do que listas de asserções, todas elas feitas de um ponto de vista que não era possível demonstrar, nem refutar. Era simplesmente afirmado.

Fosse para reclamar contra colegas ou contra a sociedade em geral, tornou-se suficiente recorrer simplesmente à evidência das percepções de cada um. Se uma pessoa apontasse para evidências que demonstravam que a América se tinha tornado menos racista, outra poderia dizer que sabia que não era assim. Porquê? Pela sua própria «experiência vivida» (como se existisse algum outro tipo). Era de várias formas uma jogada inteligente. Porque é verdade que nenhuma experiência pessoal individual pode alguma vez ser totalmente compreendida. Mas também nunca pode ser sempre e integralmente acreditada. Certamente que as asserções acerca de sociedades inteiras e grupos de pessoas deveriam incluir alguma prova? Bem, não agora. No melhor dos casos, a mudança da prova para o «eu» permitia um impasse: tu tens os teus pontos de vista e a tua realidade; eu tenho os meus. No pior dos casos, deixava qualquer troca de ideias vulnerável a ser controlada por atores de má-fé que pura e simplesmente insistiam em que as coisas são como eles dizem que são. E foi precisamente isso que aconteceu.

Uma das marcas distintivas da TCR é que desde o início os seus defensores e adeptos foram notavelmente claros sobre o que querem e como

tencionam consegui-lo. Os progenitores, seguidores e admiradores da TCR estabeleceram as suas bancas cedo e frequentemente. Por exemplo, a alegação de que a TCR não é uma escola de pensamento ou conjunto de proposições, mas um «movimento», é uma coisa reconhecida pelos seus próprios apóstolos. Na obra de 2001 *Critical Race Theory: An Introduction*, os autores, Richard Delgado e Jean Stefancic, descreveram admiravelmente a TCR como um «movimento» formado por um «grupo de ativistas e académicos interessados em estudar e transformar a relação entre raça, racismo e poder. O movimento considera muitas das mesmas questões que o discurso convencional dos direitos civis e dos estudos étnicos levantam, mas coloca-as numa perspetiva mais ampla que inclui a economia, a história, o contexto e o interesse individual e de grupo, e até os sentimentos e o inconsciente. Ao invés dos direitos civis tradicionais, que abraçam o gradualismo e o progresso passo a passo, a teoria crítica da raça questiona os próprios fundamentos da ordem liberal, incluindo a teoria da equidade, o raciocínio jurídico, o racionalismo iluminista e o princípio de neutralidade do direito constitucional».

Esta é bem a lista de coisas a questionar: os princípios do Iluminismo, a lei, a neutralidade, o racionalismo e os próprios fundamentos da ordem liberal. Se isto tivesse sido escrito sobre a TCR por um inimigo, seria uma coisa. Mas isto foi escrito pelos seus adeptos sobre si mesmos.

E mais, como Delgado e Stefancic se gabam: embora a TCR tenha começado no domínio do direito, «rapidamente se propagou para lá da disciplina», através de todos os campos da educação.

«Hoje, muitos no campo da educação consideram-se teóricos críticos da raça que usam as ideias da TCR para compreender questões sobre disciplina e hierarquia, monitorização, controvérsias acerca de currículo e história, e testes de desempenho de QI na escola. Ao invés de algumas disciplinas académicas, a teoria crítica da raça abrange uma dimensão ativista. Ela não só tenta compreender a nossa situação social, mas também mudá-la; ela propõe-se não só verificar como é que a sociedade se organiza em matéria de critérios raciais e hierárquicos, mas para a transformar para melhor.»⁶

Esta é uma linguagem invulgar para ser usada por académicos: gabar-se de que um grupo particular de académicos e professores são, de facto, académicos «com uma dimensão ativista». E quanto ao reconhecimento de que a TCR não procura apenas compreender a sociedade, mas «transformá-la»? Esta é a linguagem da política revolucionária, não uma linguagem tradicionalmente usada na academia. Mas ativistas revolucionários foi exatamente aquilo que os envolvidos na TCR revelaram ser. As características estão lá desde o princípio. Uma absoluta obsessão com a raça enquanto meio primordial

para compreender o mundo e toda a injustiça. A alegação de que os brancos são, na sua totalidade, culpados de preconceito, especificamente de racismo, desde que nasceram. Esse racismo está tão profundamente entretecido nas sociedades de maioria branca que os brancos dessas sociedades nem sequer se dão conta de que vivem em sociedades racistas. Pedir provas é prova de racismo. E, finalmente, há também a insistência em que nenhuma das respostas que as sociedades ocidentais têm apresentado para tratar do racismo é remotamente adequada ou capaz de lidar com a tarefa a que se propõe. O trabalho de Eduardo Bonilla-Silva e outros insiste que até mesmo a ideia de aspirar a ser «cego em relação à cor», quando se trata de questões raciais, é ela própria profundamente racista⁷.

Mas o que era o racismo segundo esta nova e assertiva definição? Era, foi repetidamente afirmado, «o preconceito mais o poder». Em parte graças à influência de Michel Foucault, estes académicos tornaram-se obcecados com a questão do poder⁸. Viam-na tanto como a questão central de uma sociedade livre, quanto como sendo exercida negativamente por todas as instituições do Estado. Em consequência, a prioridade era tirar o poder das mãos em que estava e exercê-lo noutra sítio. Atribuir poder, ou assumir poder, na base da cor da pele era imensamente vantajoso para estes académicos, mesmo se aquilo que pensavam sobre o assunto continuasse a ser extremamente confuso. Por exemplo, sustentavam que alguém pudesse não ser culpado de racismo se não tivesse qualquer poder — mesmo que fosse preconceituoso. E na estrutura de poder que os devotos da TCR implacavelmente montaram, era axiomático que apenas os brancos tinham poder. Por conseguinte, apenas os brancos poderiam ser racistas. Os negros não poderiam ser racistas ou, se o fossem, eram-no apenas porque tinham «interiorizado a branquitude».

É claro que ao mesmo tempo que isto ocorria nas universidades por toda a América, a maioria dos americanos felizmente permanecia na ignorância desses acontecimentos. E ao mesmo tempo que é certamente possível subestimar o que um grupo de académicos ativistas poderia ser capaz de realizar, é também possível sobrestimar o seu impacto. A obra de Crenshaw, Bell e outros não precisava de ter tocado minimamente a vida da maioria dos americanos. Mas no mundo mais vasto, no reino do entretenimento popular, alguns destes hábitos começaram a pegar. Atitudes que tinham sido marginais passaram a ser dominantes. Alegações que há muito pouco tempo tinham sido vistas como esotéricas ganharam uma vida própria.

Por exemplo, em 2001, o documentarista de opinião Michael Moore lançou um livro campeão de vendas chamado *Stupid White Men*. Entre os seus capítulos havia um intitulado «Kill Whitey» [Mata o Branquelas]. Ao longo

dele, Moore desfiava uma lista dos crimes pelos quais culpava os brancos. Incluíam, embora não se limitassem a estes, a peste negra, a guerra, os químicos, o motor de combustão interna, o Holocausto, a escravatura, o genocídio dos nativos americanos e os despedimentos na América empresarial. Como Moore concluía, «escolha-se um problema, uma doença, um caso de sofrimento humano, ou a miséria abjeta em que vivem milhões, e eu aposto dez dólares em como consigo pôr um rosto branco por trás disso»⁹. Talvez Moore nunca tenha ouvido falar dos problemas do Ruanda, da Serra Leoa ou de Myanmar, para nomear apenas alguns sítios. Aqui e ao longo das viagens, discursos e documentários associados, Moore ficou rico e famoso por afirmar que os brancos — ou «branquetas», como ele insiste em dizer — eram responsáveis por tudo o que havia de mau. Todos os outros eram apenas vítimas.

Naturalmente, muita gente não gostou deste tipo de conversa. Reconheciam a verdade contida na observação de Thomas Sowell, em 2012, de que se o racismo na América não está morto, então está seguramente «ligado à máquina». Sabiam que as alegações que começavam a ser lançadas contra as suas sociedades eram falsas, injustas e muitas outras coisas. Mas não conseguiram levar em linha de conta a observação posterior de Sowell de que o racismo estava a ser mantido vivo «por políticos, golpistas e gente que experimenta um sentimento de superioridade por denunciar outros como “racistas”»¹⁰.

Eram exatamente essas figuras que agora davam um novo alento ao racismo. Faziam-no por dois meios em particular. O primeiro era declarando uma mudança de regras. O segundo era anunciando-se como árbitros. Ao fazerem isso, entre muitas outras coisas, identificavam-se e bloqueavam todos os caminhos que uma pessoa normal teria para evitar ser acusado de ser racista. Se não fôssemos capazes de o ver por todo o lado, era apenas porque o nosso racismo nos impedia de olhar bem. Em 2018, uma académica obscura chamada Robin DiAngelo, que por acaso também era branca, publicou um livro onde reuniu uma porção de escritos recentes sob o título *White Fragility*. Tornou-se o argumento de DiAngelo de que não só os brancos eram todos racistas, mas que os brancos que não gostavam que lhes dissessem que eram racistas, ou objetavam a que fossem chamados racistas, estavam apenas a dar prova do seu racismo. Esta ratoeira lógica é igual àquela de que os caçadores de bruxas na Idade Média se serviam: se a mulher se afogar, está inocente; se flutuar, é uma bruxa e pode ser queimada. Na lógica de DiAngelo, as pessoas que negam que são racistas são racistas, e também o são aquelas que dizem que são racistas, significando isto que a melhor coisa a fazer em qualquer circunstância é poupar tempo e confessar ser racista.